

Título do capítulo	INTRODUÇÃO
Autores (as)	Rosane Mendonça André Urani
DOI	
Título do livro	Estudos sociais e do trabalho
Organizadores (as)	Rosane Mendonça André Urani
Volume	1
Série	
Cidade	
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	Nov. 1994
Edição	1ª
ISBN	
DOI	

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 1994

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://repositorio.ipea.gov.br>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Introdução

Rosane Mendonça
André Urani

A *Série Seminários sobre Estudos Sociais e do Trabalho* é organizada conjuntamente pela Diretoria de Pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (DIPES-IPEA), pelo Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IEI-UFRJ) e pelo Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Participam tradicionalmente dos seminários, desde o seu início, em junho de 1992, várias outras instituições, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — departamentos de Indicadores Sociais (Deiso), de Renda e Emprego (Derem) e de Indústria (Deind) —, os departamentos de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Santa Úrsula (USU), a Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE-FGV), o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC).

Trata-se de um esforço sistemático no sentido de romper as barreiras paroquiais que tantas vezes circunscreveram o debate acadêmico neste país. O objetivo é promover um debate amplo entre economistas, demógrafos, sociólogos e educadores, entre outros, sempre com base num texto sobre temas ligados, direta ou indiretamente, à pobreza e à desigualdade de renda no Brasil ou em outros países.

Em pouco mais de dois anos de existência, a *Série Seminários* se transformou em um dos principais e mais reconhecidos fóruns de discussão para os pesquisadores sobre estes temas. Foram realizados mais de 60 seminários, alternativamente, em cada uma das três instituições responsáveis pela *Série*. Graças ao apoio logístico e financeiro do IPEA foi possível não apenas publicar cada um dos textos apresentados como *Textos para Discussão* (com uma tiragem de pelo menos 40 exemplares), como trazer expositores de várias outras estados como São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Distrito Federal.

É com base neste patrimônio que resolvemos publicar uma série de livros com aqueles que julgamos serem os melhores textos apresentados neste foro a cada ano. Este é o primeiro volume e refere-se aos trabalhos apresentados durante o ano de 1992.

Selecionamos 10 textos, dos quais alguns deles já se encontram publicados nos principais periódicos brasileiros (como Pesquisa e Planejamento Econômico e Revista Brasileira de Economia) ou mesmo em outros livros. Eles aparecem, neste volume, fora da ordem cronológica em que foram apresentados na Série Seminários e na língua original em que foram redigidos. Assim, o presente volume reúne textos escritos em português, inglês e espanhol.

No primeiro deles, Regis Bonelli e Lauro Ramos mostram que a desigualdade de renda no Brasil se deteriorou de maneira praticamente contínua entre 1960 e 1990 e tentam identificar os diferentes canais através dos quais a política econômica pode ter influenciado este processo. Os autores revelam que desde meados dos anos 70 há, no curto prazo, uma correlação negativa entre crescimento (medido pela variação da renda real per capita) e desigualdade, ou seja, que aparentemente não há contradição entre o desenvolvimento econômico e a busca de equidade, ao contrário do que ocorria no período imediatamente anterior. A aceleração inflacionária ocorrida ao longo da década de 80, por sua vez, resulta explicar uma parcela significativa do incremento da desigualdade registrado no período. Outro resultado de certa forma surpreendente é o de que a variável "posição na ocupação" parece ter contribuído mais na explicação das variações da desigualdade do que a variável "educação".

No segundo artigo deste livro, Lauro Ramos e Ricardo Paes de Barros analisam a evolução da relação entre salários e educação no Brasil entre meados dos anos 70 e fim dos 80 com base em uma amostra formada por homens entre 25 e 50 anos de idade. Eles mostram que os retornos com educação são mais altos no Brasil em relação a outros países e crescentes com o número de anos de estudo e que (o que é ainda mais grave) enquanto os retornos com a educação primária vêm a ser decrescentes ao longo do tempo, os com educação de terceiro grau são crescentes.

Os três artigos que se seguem tratam da questão educacional. Em seu texto, Sérgio Costa Ribeiro desmistifica as estatísticas oficiais sobre a evasão escolar. Segundo o autor, a visão de que as crianças no Brasil abandonam precocemente a escola por motivos de ordem social ou cultural está totalmente equivocada. As famílias, na realidade, fazem um esforço enorme para manterem seus filhos no sistema educacional: a péssima qualidade da escola é que impediria, através da repetência, a universalização do ensino básico em nosso país.

Rosane Mendonça mostra, com base numa série de indicadores educacionais para a população adulta e para a população em idade

escolar, que o Brasil apresenta um fraco e desigual desempenho educacional quando comparado aos demais países da América Latina. A autora elabora, em seguida, um arcabouço teórico que permite discutir: a) o papel da qualidade dos serviços educacionais em nível de escolaridade; b) a capacidade de adquirir conhecimento; e c) a igualdade de oportunidades. Finalmente, procura entender como a qualidade dos serviços educacionais afeta a qualidade e a quantidade de educação e a igualdade de oportunidades.

Nelson do Valle e Silva, enfim, estima o número de pessoas que estariam demandando ensino básico até o ano 2010 com base em projeções demográficas para a população brasileira, decomposta por sexo, idade, região e lugar de residência. Além desta projeção de referência, o autor elaborou duas projeções "alternativas" baseadas, respectivamente, na queda da taxa de fecundidade registrada durante a década de 80 e numa eventual eliminação do déficit de acesso ao sistema escolar.

Os quatro artigos seguintes se relacionam, de uma forma ou de outra, com o mercado de trabalho. No primeiro, Fernando Andres Blanco Cossio analisa, em profundidade, as relações de trabalho na Bolívia. O autor revela, entre outras coisas, que a insatisfação e o conflito resultantes de um aparato insitucional inadequado têm efeitos perversos sobre a produtividade do trabalho (o que certamente é verdade não apenas em seu país).

No trabalho de Valéria Pero os resultados mais importantes são os de que o diferencial médio de salários entre os empregados com e sem carteira assinada é de cerca de 100% em média e cai para a metade se controlado por atributos como educação, idade e região metropolitana. Este diferencial é crescente com o nível educacional, o que sugere que o contrato formal de trabalho protege prioritariamente os trabalhadores mais educados e que a educação é mais valorizada pelo segmento formal do que pelo informal. Enfim, o segmento informal não parece ter se comportado como um "colchão" durante os anos 80, visto que seu tamanho relativo se mostrou pouco sensível a oscilações do nível de atividade.

Wasmália Bivar, com base em dados resultantes de tabulações da Pesquisa Mensal de Emprego, faz um estudo pioneiro sobre a duração do desemprego na região metropolitana de São Paulo. A autora mostra, entre outras coisas, que a duração do desemprego é consideravelmente mais baixa que a dos países industrializados.

Beatriz Azeredo e José Paulo Chahad mostram, em outro estudo que pode ser considerado pioneiro, que, embora o sistema brasileiro de seguro-desemprego esteja, desde o início dos anos 90, rapidamente se consolidando, ele padece de sérias malformações congênitas. Estas vão da

sua permeabilidade a fraudes até a sua falta de integração com o sistema de retreinamento e realocação da mão-de-obra. Os autores não se limitam, porém, a formular críticas ao panorama existente no momento em que o texto foi escrito (em alguma medida modificado a partir de então), mas fazem uma série de sugestões para seu aprimoramento que continuam válidas hoje em dia.

No último artigo desta coletânea, André Urani e Carlos Winograd elaboram um modelo muito simples que procura ligar as diferentes políticas de estabilização adotadas ao longo da década de 80 às mudanças ocorridas na distribuição de renda neste mesmo período. Segundo a lógica do modelo, que parece confirmada pela evidência empírica, políticas centradas no controle da demanda agregada tendem a prejudicar mais os trabalhadores dos segmentos informais do mercado de trabalho que os formais, enquanto o oposto ocorre quando o cerne da política está em uma tentativa de desvalorização cambial. Em outras palavras, a queda do diferencial de rendimentos entre os segmentos formal e informal do mercado de trabalho registrado em um período de relativo estancamento do nível de atividade se explicaria, segundo os autores, pela maior capacidade dos trabalhadores informais de limitar a erosão de seus rendimentos pela aceleração da taxa de inflação.

Rio de Janeiro, novembro de 1994